

SPED: IMPACTOS DIRETOS NO CONTROLE INTERNO DE EMPRESAS PRIVADAS

Silvia Regina de Almeida²

RESUMO

Este estudo analisa o Programa Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) e os impactos desse no processo de controle interno das empresas privadas. Consiste em uma pesquisa qualitativa, com base em estudo bibliográfico, utilizando de experiências no campo profissional de uma empresa privada no âmbito das ciências contábeis. Sendo possível verificar que o Sped criado pela Receita Federal do Brasil, que tem como objetivo qualificar as informações contábeis e fiscais por meio da escrituração digital, promove impactos significativos no controle interno de empresas privadas, além de contribuir para diminuir a burocracia e o desperdício de papel na confecção de livros contábeis e fiscais, bem como promove a fidedignidade das informações dessas empresas.

PALAVRAS-CHAVE

Contabilidade. Controle Interno. SPED.

ABSTRACT

This study analyzes the Sped Program (Public Digital Bookkeeping System) and the impacts of the process of internal control of private companies. It consists of a qualitative research, based on literature research, using experience in the professional field of a private company under the accounting sciences. Being able to verify that the Sped created by the IRS of Brazil, which aims to qualify the

² Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Controller da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail- silviaregina_113@hotmail.com

accounting and tax information through digital records, promotes significant impacts on the internal control of private enterprises, and contribute to reduce red tape and paper waste in the making of accounting and tax books and promotes the reliability of the information these companies.

KEYWORDS

Accounting. Internal control. SPED.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a contabilidade passou por muitas mudanças, tanto que o profissional da contabilidade diminuiu o trabalho manual, de forma a desenvolver o trabalho mais intelectual, passando a ser um profissional mais crítico e propositivo quanto ao seu fazer profissional.

Neste aspecto, o processo de informatização da contabilidade foi um dos elementos fundamentais para a transformação da escrituração contábil, promovendo grandes avanços na área contábil e principalmente no ramo da escrituração, aposentando-se as antigas fichas de controle manual e as temidas máquinas de datilografar (técnicas que apesar de importantes e necessárias tinham falhas, não dispunham de segurança suficiente para a confecção dos dados, pois eram passíveis de fraudes).

As primeiras mudanças no processo de escrituração contábil no Brasil surgiram nas entidades públicas, quando a Receita Federal desenvolveu um sistema para uniformizar as informações dos entes federativos. Em dezembro de 2003, o Governo Federal instituiu a Emenda Constitucional nº 42, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fazendo com que esses passem a atuar de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastro e informações fiscais.

Para atender a estes requisitos, em julho de 2004 houve um encontro entre as três esferas do Governo com intuito de promover maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações, maior eficácia da fiscalização, maior possibilidade de realização de ações

fiscais bem como cruzamento de informações em larga escala.

Em agosto de 2005 foi assinado os protocolos de cooperação nº 02 e nº 03 com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a Nota Fiscal Eletrônica. Esse foi o grande marco da escrituração eletrônica fiscal, pois a partir daí eliminou-se os antigos talões de notas fiscais (foi eliminado nas empresas de médio e grande porte, pois algumas pequenas empresas, devido ao ramo de atividade, não foram obrigadas a emitir a nota fiscal eletrônica) que tinha como característica e exigência, a confecção de três vias de uma mesma nota, dando lugar à nota fiscal eletrônica que pode ser arquivada no computador ou impressa em via única.

Aos poucos foi sendo implantado o Sped, que se divide em:

- Sped fiscal, obrigatório para empresas comerciais e industriais, tendo como objetivo substituir os antigos livros fiscais de ICMS e IPI;
- Sped Contribuições, obrigatório para todas as empresas contribuintes do PIS/COFINS, que veio substituir a extinta DICON;
- Sped contábil, obrigatório para as sociedades empresárias e tem como objetivo substituir os antigos livros contábeis: DIÁRIO e RAZÃO.

Diante destes aspectos o objetivo principal desta pesquisa foi analisar os impactos do Sped no controle interno de empresas privadas; verificando se ele contribui para diminuir a burocracia e o desperdício de papel na confecção de livros contábeis e fiscais, além de analisar se o controle interno promove a fidedignidade das informações que influenciam diretamente na tomada de decisões de toda cúpula da administração da empresa. Assim, este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, com base em estudo bibliográfico, utilizando de experiências no campo profissional de uma empresa privada no âmbito das ciências contábeis.

Registra-se que o programa Sped reduziu o consumo de papel pelas empresas. Garantiu e exigiu das empresas um maior controle das infor-

mações, pois esse sistema tem como característica detalhar as informações de modo que estas possam ser cruzadas com outras já existentes na base de dados da Receita Federal. Por isso, para atender as exigências do Sped, as empresas passaram a desenvolver técnicas de controle interno de modo que os registros contábeis e fiscais sejam fidedignos aos fatos ocorridos e evitem falhas e prejuízos no cumprimento das obrigações acessórias das empresas.

2 CONCEITUANDO O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Nas últimas décadas a Contabilidade no Brasil sofreu diversas transformações significativas que interferiram diretamente nos procedimentos contábeis. No ramo da escrituração contábil, tem-se a transformação da escrituração manual, para a mecânica e na contemporaneidade para o sistema eletrônico.

O processo histórico da escrituração contábil se relaciona diretamente com a evolução das tecnologias. Os avanços tecnológicos nos últimos anos promoveram grandes impactos nas relações de trabalho, no modo de produção e organização das empresas e na forma de trabalho de diversos trabalhadores. Modificando de forma direta os meios de trabalho das mais diversas áreas, inclusive das Ciências Contábeis. Isto em razão, da necessidade de melhorar o desenvolvimento e a aplicação das atividades contábeis.

Neste aspecto, um dos ramos da Contabilidade que teve influência direta nos avanços tecnológicos foi à escrituração contábil. Inicialmente essa era feita de forma manual, utilizava-se fichas de papel para fazer os registros contábeis da empresa. Posteriormente, com a chegada da máquina de escrever evoluiu para o registro datilografado. Na atualidade com os avanços da tecnologia é feito de forma digital por meio de computadores.

Neste ínterim, o uso dos computadores na escrituração contábil se difundiu por volta dos anos 1980, juntamente com os sistemas informatizados que contribuíram para unir as diversas áreas de uma empresa. Os softwares utilizados na con-

tabilidade facilitam os trabalhos contábeis, proporcionando rapidez e segurança nos processos, evitando falhas e gerando maior eficácia das informações. Para Oliveira (2003, p. 17), 'as empresas que informatizaram a contabilidade obtiveram bons resultados e procuraram melhorar esse processo'.

Esta evolução da informatização das empresas em todos os seus segmentos, impactaram diretamente na forma como estas são estruturadas, operam, comercializam e interrelacionam com outras. Analisando o ramo da escrituração contábil e os impactos da tecnologia nessa área, uma das ferramentas que influenciou o processo evolutivo da escrituração foi o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O Sped foi instituído por meio do Decreto Federal de nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal² (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

A principal característica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é a retomada

2 Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais.

Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Brasil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período.

Teve importância fundamental para o país durante a grave crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais.

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo planejamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o desenvolvimento acelerado e sustentável. É um plano estratégico que devido às suas características trouxe benefícios diretos para o desenvolvimento do país. O Sped interage de forma direta com os objetivos do PAC, pois valoriza a qualidade das informações e exige dos entes federativos cada vez mais controle interno.

De modo geral, o Sped consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na forma digital.

Segundo a Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2012) o Sped:

- Iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF-e - Ambiente Nacional. Em seguida surgiu o projeto EFD-Contribuições. E em estudo: e-Lalur, EFD-Social e a Central de Balanços;
- Representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal;
- Mantém parceria com 20 instituições, entre órgãos públicos, conselho de classe, associações e entidades civis, na construção conjunta do projeto;
- Firma Protocolos de Cooperação com 27 empresas do setor privado, participantes do projeto-piloto, objetivando o desenvolvimento e o disciplinamento dos trabalhos conjuntos;
- Possibilita, com as parcerias fisco-empresas, planejamento e identificação de soluções antecipadas no cumprimento das obrigações acessórias, em face às exigências a serem requeridas pelas administrações tributárias;
- Faz com que a efetiva participação dos contribuintes na definição dos meios de atendimento

às obrigações tributárias acessórias exigidas pela legislação tributária contribua para aprimorar esses mecanismos e confira a esses instrumentos maior grau de legitimidade social;

- Estabelece um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade³.

O Sped objetiva promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.

Este sistema permite ainda racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores. Bem como, torna mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

De acordo com Duarte (2009, p.124), '[...] com a contabilização de todas as operações empresariais para saciar a fome das entidades fiscais, não há motivos para não se aproveitar à riqueza de informações gerenciais que podem ser extraídas dos registros contábeis". O progresso provocado pelo Sped nos processos de elaboração e entrega das declarações fiscais, contábeis e econômicas-financeiras, gera informações sobre o patrimônio da empresa e essas são importantíssimas para o processo de gestão das empresas.

As inovações tecnológicas, as mudanças aceleradas do mundo globalizado e a competitividade mercadológica exigem grande capacidade de adequação por parte do profissional contábil, com o aumento do número de empresas originadas a aderir ao Sistema Público de Escrituração Digital aumenta também a preocupação em torno do assunto.

Para Nasajon e Santos (2010, p. 5) 'O SPED é um avanço tecnológico que pouco a pouco atingirá quase todas as empresas do país e cujas exigências e procedimentos afetam significativamente a operação dessas organizações".

³ Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>. Acessado em 02/08/2017

O Sped pode ser visto como uma alternativa tecnológica fornecida pela Receita Federal que oficializa os arquivos digitais gerados pelas escriturações fiscais e contábeis dentro de um formato específico e padronizado.

3 SPED: IMPACTOS NAS EMPRESAS PRIVADAS

É salutar analisar os impactos do Sped na escrituração contábil de empresas privadas, pois foi por meio dele que a contabilidade passou a adotar um gerenciamento de informações mais detalhado, se valendo das técnicas de controle interno para garantir a qualidade e eficiência das informações.

Assim, para esta análise é necessário inicialmente compreender o que seja controle interno, segundo Clóvis Luis Padove (2012), controle interno é um conjunto de normas, procedimentos, instrumentos e ações adotados de forma sistemática pelas empresas, que devem estar em constante evolução, assegurando o atingimento dos resultados conforme objetivos preestabelecidos, protegendo o patrimônio e garantindo transparência às operações.

De acordo com Mattos e Mariano (1999, p. 34-39):

Controle interno é um processo operado pelo conselho de administração, pela administração e outras pessoas, desenhado para fornecer segurança razoável quanto à consecução de objetivos nas seguintes categorias:

- a) confiabilidade de informações financeiras;
- b) obediência (compliance) às leis e regulamentos aplicáveis;
- c) eficácia e eficiência de operações.

Outro conceito utilizado para caracterizar o Controle Interno é o de Franco e Marra (2009, p. 267) entendem o controle interno como,

[...] todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitem prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se ve-

rificam dentro da empresa e que produzem reflexos em seu patrimônio.

Percebe-se que o controle interno é um instrumento fundamental para prever os acontecimentos no âmbito gerencial da empresa, de forma a contribuir na fiscalização do patrimônio da instituição. O controle interno deve assegurar que os registros contábeis correspondam a fatos reais e que todos os fatos que afetam o patrimônio sejam devidamente registrados, ou seja, certificar-se que tudo que ocorreu foi registrado.

Anthony e Govindarajan (2001, p. 32) reforçam a importância do gerenciamento e seus elementos subjetivos como forma de controle gerencial. Eles encerram bem a restrição de aporte de sistemas, 'se todos os sistemas indicassem a ação corretiva para todas as situações, não haveria a necessidade de gerentes'. O estilo gerencial e a forma de comunicação em muito influenciam o escopo e utilidade do controle interno.

O controle interno, em uma empresa altamente informatizada, possibilita o levantamento de um desajuste entre decisão e execução, favorecendo o alcance das causas e as subseqüentes ações corretivas e, tem como objetivos a proteção dos ativos, a obtenção de informações apropriadas e obtenção de eficiência operacional. A proteção dos ativos compreende a adoção de medidas com o intuito de salvaguardá-los e defendê-los de qualquer situação indesejável que venha causar danos aos mesmos.

A obtenção de informações apropriadas está relacionada ao fato de a informação ser correta e estar disponível no momento certo, ou seja, a informação deve estar adequada tempestivamente e o controle interno estar estruturado para atender este objetivo. As informações devem ser sempre apropriadas, evitando erros nos registros contábeis, pois estes são a base fundamental para as diversas tomadas de decisões. Um possível erro poderia incorrer em muitos prejuízos para empresa.

De acordo com Mattos e Mariano (1999, p. 34-39): a obtenção da eficiência operacional está pautada na necessidade de se manter um bom sistema de controle interno. Assim o controle interno deve estar fundamentado nos princípios de:

Validade - tudo que está registrado deve existir efetivamente. Para isso é necessário fazer todos os testes que comprovem a validade. Exemplo disso são os inventários físicos ocorridos nos estoques e tesouraria. Periodicamente é necessário confrontar os registros contábeis com o valor inventariado. Deve existir ainda uma forma de contagem segura, de modo a evitar fraude nas informações.

Autorização - é necessário delegar poderes a determinadas pessoas para que essas sejam autorizadas a fazer certas transações. Além disso, todas as pessoas de uma organização devem ter conhecimento de quem está autorizado a executar algumas operações. Por exemplo, se numa empresa várias pessoas forem autorizadas a comprar materiais possivelmente poderá haver superfaturamento de produtos e até compras desnecessárias, pois perde-se o controle de quem comprou o que.

Perfeição - tudo o que ocorreu deve estar registrado. Para tanto é necessário fazer inspeções surpresa e verificar se tudo que existe fisicamente está registrado.

Tempestividade- as operações devem ser registradas tempestivamente e o controle interno deve fornecer informações no momento adequado. Exemplo: registro de vendas e baixa automática de estoques.

Avaliação - todos os registros e transações devem ser avaliados. É necessário verificar se está correta e adequada a empresa. Essa é uma das possibilidades que o controle interno dispõe (MARIANO, 1999, p.34-39).

Uma grande fonte de informação do controle interno é a segregação de funções. Ela compreende alguns aspectos tais como,

- Ninguém pode ter controle total de uma transação;
- Uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e registros contábeis;
- Ninguém deverá ser responsável por uma guarda múltipla de ativos;
- Quem faz não controla.

Assim, a função principal do controle interno é provar que os registros contábeis correspondem a fatos reais e que todos os fatos que alteram o patrimônio foram registrados. O Sped por sua vez permite que os registros contábeis sejam escritos de forma digital, promovendo o detalhamento das informações de forma clara e objetiva, sendo fundamental para atender as obrigações principais e acessórias impostas pela Receita Federal do Brasil, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, que tem como responsabilidade a administração dos tributos federais e o controle aduaneiro, além de atuar no combate a sonegação.

Por isso, para que as informações sejam transmitidas à Receita Federal fidedignamente é importante a contribuição do controle interno nas empresas de forma rigorosa e crítica, avaliando todos os impactos, sejam eles financeiros, contábeis ou fiscais.

O estudioso Pinto (2009), em sua palestra 'Nota Fiscal Eletrônica e SPED Fiscal no Brasil', acreditava que, de posse de informações mais completas o fisco poderá realizar cruzamentos dessas com as mais variadas formas o que pode gerar leis específicas para uma mudança na tributação brasileira, o que é possível para o Estado em virtude da permissão mencionada no artigo 144 do Código Tributário Nacional (CTN), vislumbra inúmeras possibilidades no novo contexto como um direcionamento das ações fiscais para os maiores contribuintes, melhoria na gestão para não sacrificar o contribuinte regular, racionalização dos procedimentos, prevenção de concorrência desleal, e outras.

Dessa forma, é visível diante da experiência em uma empresa privada que o Sped promove impactos significativos no controle interno destas empresas, pois foi a partir da implantação do Sped que as empresas passaram a investir mais em tecnologia e na qualidade das informações. O controle interno é responsável pelo filtro das informações, tendo o desafio de verificar se o que foi planejado está sendo executado e se está expressando a realidade dos fatos. Observa-se que o controle interno é atuante para evitar prejuízos financeiros e fiscais quando da transmissão das informações por meio do Sped, pois é a partir dessa base de informações que o fisco, representado

pela Receita Federal, irá se manifestar junto às empresas, exigindo dessas o cumprimento das diversas obrigações contábeis e fiscais.

Estas mudanças de cenário na fiscalização, passa pelo Sped, e segundo Roberto Duarte (2008, p. 63), 'quando o Estado se utiliza de tecnologia de informação e conhecimento científico para criar uma inteligência fiscal capaz de realizar operações em larga escala, pode, assim minimizar os custos acessórios'. A informação, formada pelo conjunto de dados formatados e de utilidade é extremamente importante para empresa e para conseguí-la deve-se dispor de um método que possibilite a coleta, a produção, o armazenamento, a distribuição e finalmente o uso desta.

De acordo com Marion (2002, p. 128), 'o objetivo principal da Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras'. O Sped permite que a Contabilidade atinja seu objetivo, que é controlar o patrimônio, se valendo de informações fidedignas e fundamentadas na legislação tributária.

Houve o tempo em que os registros contábeis eram feitos de forma manual, por meio de fichas de papel, com o tempo passou-se a utilizar a máquina de datilografia. Somente no século XX, quando ocorreu grande avanço dos microcomputadores e o mercado exigia grande agilidade nas atividades contábeis e administrativas, a contabilidade passou a ser informatizada, mas não menos burocrática. Apesar dos avanços tecnológicos, a contabilidade teve por anos que lidar com a burocracia e consequentemente dispêndio de energia.

Havia perda de tempo, bem como desperdício de papel na confecção de talões, livros fiscais e livros contábeis. As notas fiscais eram escrituradas a mão. O fisco exigia que o contribuinte transmitisse várias declarações, o que exigia tempo além de consumo desnecessário de papel. Foi somente após o surgimento da NF-e (nota fiscal eletrônica) e posteriormente com o Sped que foi possível agilizar e atender as exigências de forma mais eficiente e eficaz.

As obrigações são as próprias, mas a forma de transmiti-las reduz o consumo de papel e proporciona maior qualidade das informações, pois

tudo pode ser feito de forma eletrônica e por sua característica exige maior controle por conta dos contribuintes (empresas). Permitindo avaliar a fidedignidade das informações que irão influenciar diretamente na tomada de decisões de toda cúpula da administração da empresa.

O objetivo principal da Contabilidade é controlar o patrimônio e para tanto essa se vale dos registros contábeis que surgem a partir da ocorrência dos fatos, sendo fundamentados em documentos fiscais. Essas informações são de fundamental importância para a tomada de decisões de toda administração da empresa.

Por isso, com o passar dos tempos e com os avanços tecnológicos, a Contabilidade passou a exercer a função de gerenciador de informações, principalmente quando da implantação do Sped. Isso porque as informações inseridas no Sped são enviadas em tempo real para a Receita Federal e é a partir destas que o fisco fiscaliza o contribuinte. Diante disso, as empresas vêm investindo cada vez mais no controle interno com intuito de qualificar as informações que são importantes não só para tomada de decisões da empresa, como também para aqueles que com ela se relaciona como: investidores, fornecedores, clientes, bancos e governo.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto no presente trabalho, observa-se que o Sped está diretamente associado ao Controle interno, isso porque ele tem como objetivo detalhar as informações de um ambiente micro para um ambiente macro, já que as informações são originadas dentro das instituições sejam elas públicas ou privadas (ambiente micro) e exportadas para Receita Federal (ambiente macro). Para que as informações cheguem a Receita Federal e sejam transformadas em dados tributários, estas precisam ser lapidadas ainda no ambiente micro (dentro das empresas) por meio do Controle Interno.

O objetivo principal do Controle interno é assegurar que as informações sejam fidedignas aos fatos. Por isso, se vale de testes de observância para garantir que os registros contábeis atendam as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos; previne antecipadamente o acontecimento de erros, desperdícios, abusos e

fraudes, além de propiciar informações oportunas e confiáveis, permitindo a implantação de programas para melhor gerenciamento das informações.

O Sped mostra-se eficiente, pois gerencia as informações de forma detalhada e em um curto período de tempo, além de reduzir o consumo de papel. Já o Controle Interno é eficaz quanto ao gerenciamento das informações, tendo em vista que conseguiu atingir os objetivos almejados, já que qualifica as informações, provando que estas representam os fatos que alteram o patrimônio, garantindo que todos os fatos foram registrados.

Neste aspecto, diante da vivência da pesquisadora sobre o Sped, foi observada uma instituição de ensino superior, que apesar de ser de grande porte é constituída sobre a forma de Sociedade Simples e por isso não é obrigada a entregar os livros digitais, por meio do Sped Contábil. Com isso, anualmente a empresa perde tempo e dinheiro, imprimindo livros contábeis e fiscais.

Observou-se ainda que essa mesma instituição controla uma empresa que é constituída sobre a forma de Sociedade Empresária, portanto obrigada a transmitir os livros digitais. Percebe-

se que, também em um grupo de empresas há duas realidades distintas, sendo que uma traz prejuízo com desperdício de papel e outra traz benefícios diretos na qualidade e agilidade das informações. O Sped além de evitar o desperdício de papel influencia o controle interno, proporcionando maior segurança nas informações, já que estas devem estar fundamentadas e consolidadas com os registros contábeis, evitando assim prejuízos fiscais.

Observamos que os objetivos foram alcançados, pois é notório que o Sped causa impacto no Controle interno, qualificando as informações, promovendo maior segurança na tomada de decisões e reduzindo os custos com o consumo de papel. Apesar disto, observa-se que os benefícios do controle interno não se limitam às exigências promovidas pelo Sped. Muito há que se explorar nessa técnica que existe juntamente com a Contabilidade, mas que ainda é pouco praticada principalmente nas pequenas empresas, já que essas ainda são resistentes a esses procedimentos devido à necessidade de investir em tecnologia e capital humano.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY R.N.; GOVINDARAJAN V. **Sistemas de controle gerencial**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 10.406** de 10 de janeiro de 2002, Institui o Código Civil. [2002]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 2 set. 2011.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portal nacional da nota fiscal eletrônica**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2011.
- BRASIL. **Sped** – Sistema Público de Escrituração Digital. 2012. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2011.
- DUARTE, Roberto Dias. **Big brother na era do conhecimento**: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil. São Paulo: Quanta, 2008.
- DUARTE, Roberto Dias. **Big brother fiscal III**: o Brasil na era do conhecimento . São Paulo: Ideas@work, 2009.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATTOS, C.C.; MARIANO, R.P. Controle interno: uma abordagem teórica. **Contabilidade Vista & Rev.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.34-39, mar. 1999.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Portal da nota fiscal eletrônica**. [2009]. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.
- OLIVEIRA, Luís Martins de *et al.* **Manual de contabilidade tributária**: textos e testes com respostas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- NASAJON, Cláudio; SANTOS, Eunice. **Sped e NF-e vem cá que a gente explica**. 2009.
- PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Controladoria estratégica e operacional**. 3.ed. 2012.
- PINTO, C.R.J. **Espaços deliberativos e a questão da representação**. São Paulo: RBCS, fev. 2009.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94**, de 29 de novembro de 2011. [2011]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2011/CGSN/Resol94.htm>> Acesso em: 8 maio 2013.

Recebido em: 18 de Julho de 2017
Avaliado em: 5 de Agosto de 2017
Aceito em: 12 de Agosto de 2017
